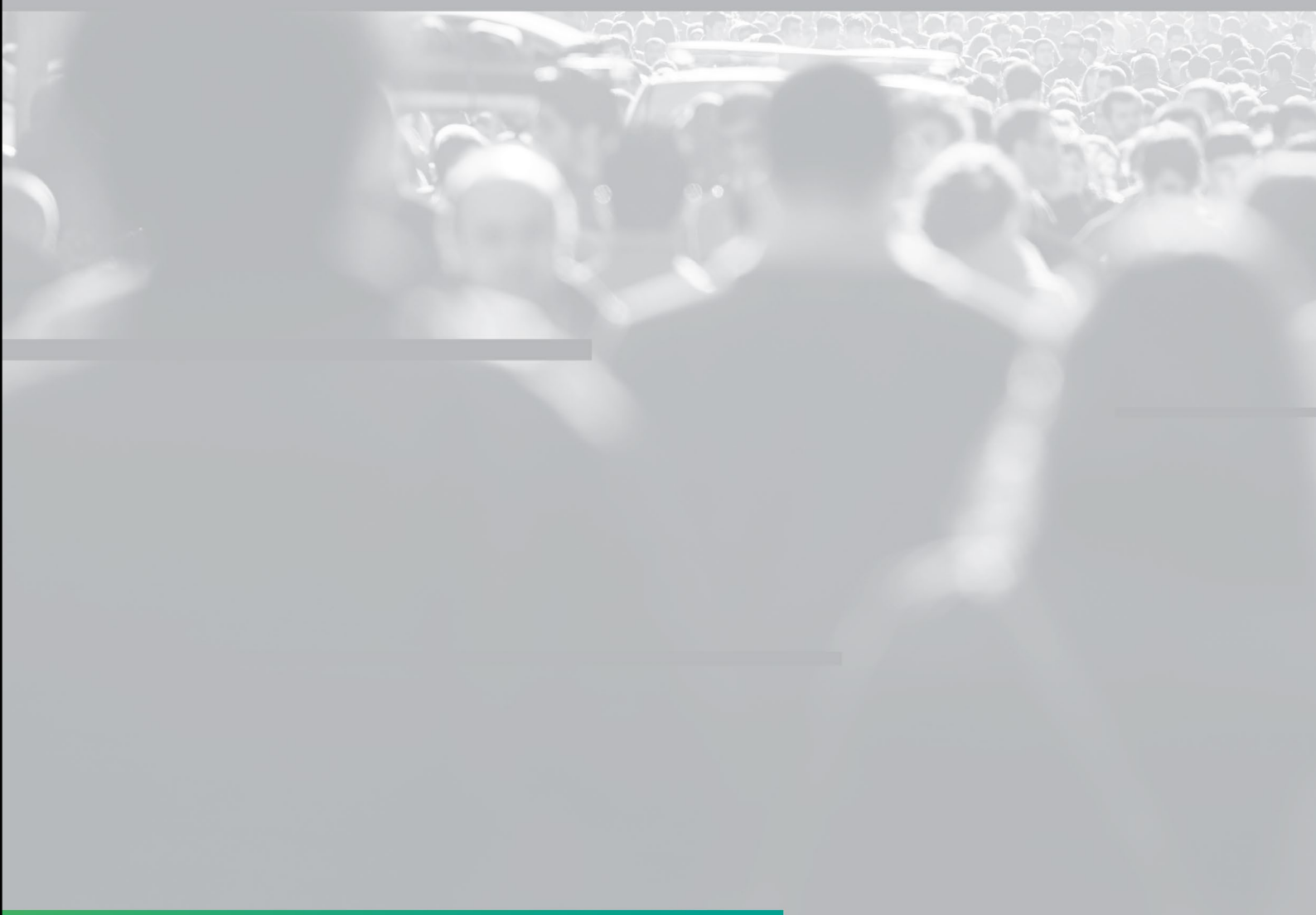




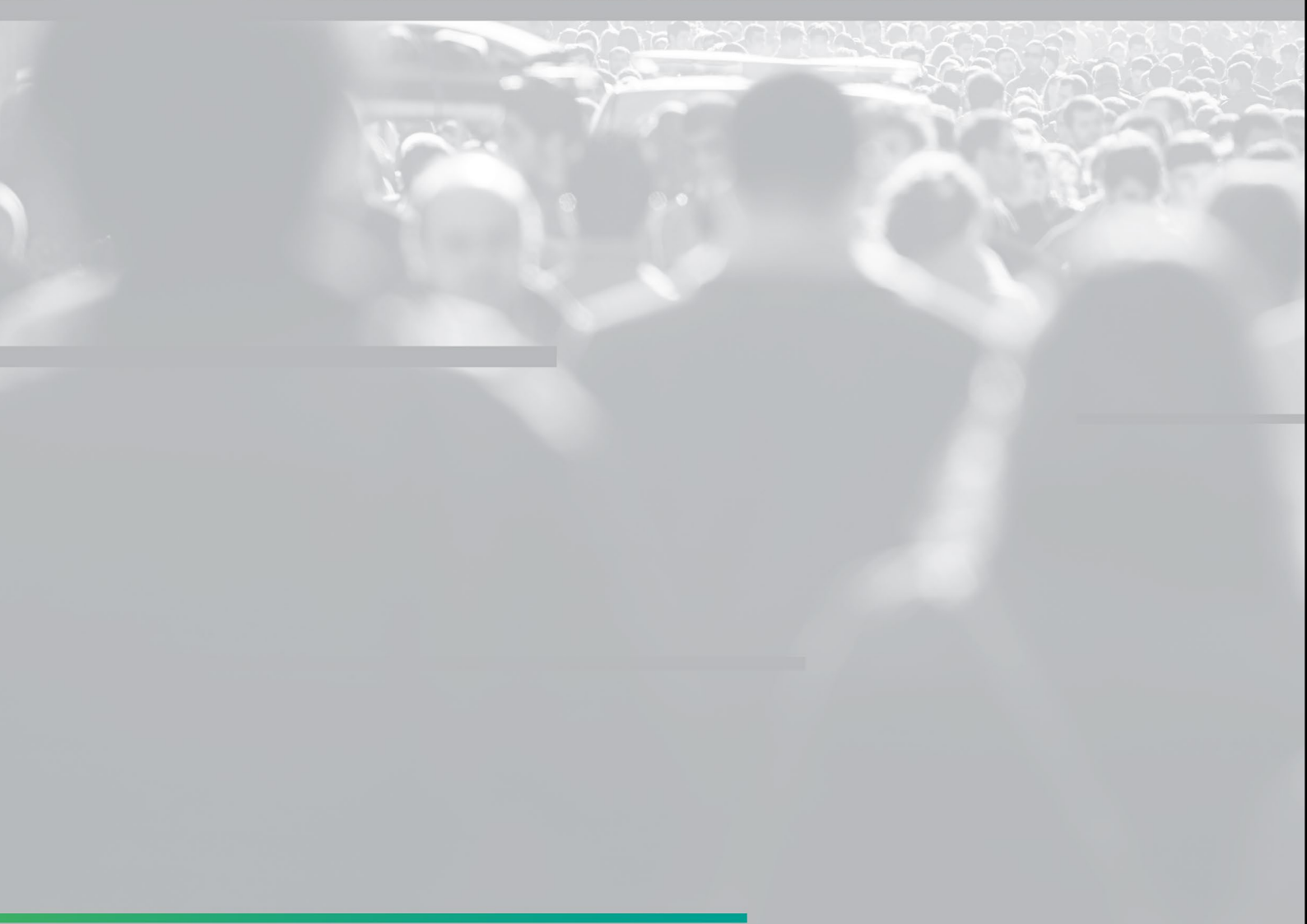
RELATÓRIO ANUAL

2017



SUMÁRIO

CONSELHO E DIRETORIA	07
MENSAGEM DO PRESIDENTE	08
MENSAGEM DA DIRETORIA	09
HISTÓRIA DO SICOOB CREDESEGURO	10
PILARES DO SICOOB CREDESEGURO	10
O SICOOB NO BRASIL	11
PRESTAÇÃO DE CONTAS	
BALANÇOS PATRIMONIAIS	14
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	15
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	18
GRANDES NÚMEROS	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL	49



CONSELHO E DIRETORIA

Presidente :

Armando Vergílio dos Santos Júnior

1º Vice-Presidente :

Joaquim Mendanha de Ataídes

2º Vice-Presidente:

Marcos Carneiro Martins Arruda

DIRETORIA

Diretor Superintendente:

Ubiratan da Conceição Seixas

Diretor Operacional:

José Sousa Rios

Diretor Administrativo e Financeiro:

Marco Aurélio Ferreira Domingues

CONSELHEIROS:

Ana Maria Martins de Oliveira Andrade

Jair Gonçalves Cunha

José Antônio de Oliveira Júnior

Jovane Rodrigues Moreira

Osmar dos Reis de Souza

Otaír Santana Fernandes

Renner Araújo Fidelis

Silvio Silva Sousa

Vinicius de Araújo Porto

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:

Cláudio Miguel de Paula

Juvair Gonçalves Ferreira

Ronaldo Luiz de Miranda

SUPLENTE

Gilson Antônio de Souza

Hélio Umeno Júnior

Rodrigo Duarte Lopes

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O ano de 2017 foi de grandes adversidades para o nosso País, tanto no cenário econômico quanto político. Mais um ano de turbulência na economia brasileira, mais um ano em que o cooperativismo de crédito mostrou a sua força e contribuição para a sociedade. Mais um ano de crescimento e de bons resultados para o Sicoob Credseguro.

Com foco na divulgação da nossa carteira de produtos e serviços financeiros, a nossa cooperativa ofertou serviços mais rentáveis e com menor custo de taxas e tarifas aos nossos associados. Em 2017, o Sicoob Credseguro se destacou nacionalmente na comercialização do produto adquirência, por meio da maquininha da Sipag. A melhor opção para os associados nas transações comerciais via cartão de crédito e débito.

O Sicoob Credseguro também se destacou nacionalmente na comercialização de consórcios. Além disso, a nossa cooperativa desenvolveu ações voltadas para o melhor aproveitamento dos benefícios concedidos pelos cartões Sicoobcard, incentivando os

associados a utilizarem os pontos do programa de benefícios para troca de passagens aéreas e outros prêmios, como o desconto na própria fatura do cartão.

O foco da cooperativa na comercialização de produtos e serviços foi essencial para que a cooperativa chegasse ao final de 2017 com excelentes resultados. O Sicoob Credseguro atingiu a marca de mais de R\$ 108.000.000,00 em operações de crédito de janeiro a dezembro de 2017, um crescimento de 1,79% em relação ao ano anterior. Os ativos totais alcançam a marca de R\$ 246.178.843,00, superando em 18,90% o volume de 2016. Os depósitos totais na cooperativa cresceram e registraram R\$ 141.877.941,00 o que representou um acréscimo de 21,35% em comparação ao ano anterior. O patrimônio líquido chegou a R\$ 100.869.686,00, um crescimento de 15,86%. As sobras foram de R\$ 19.436.128,62 em 2017, o que gerou um crescimento de 5,62%.

Esses números comprovam a solidez e eficiência do Sicoob Credseguro. Em 2018, as nossas metas são ainda mais arrojadas. Com o apoio dos nossos cooperados, esperamos continuar nossa trajetória de crescimento.

Boa leitura!
Armando Vergílio dos Santos Júnior

MENSAGEM DA DIRETORIA



“Uma gestão competente e comprometida com a evolução do Sicoob Credseguro. Essa é a nossa marca ao longo desses 18 anos de história. E assim continuará a ser! Nossa cooperativa sempre se destacou em Goiás e agora ganha o cenário nacional com ações de vanguarda na comercialização de diversos produtos do portfólio do Sicoob. Fazendo parte de um sistema moderno e sólido vamos alcançar resultados ainda maiores. ”

*Ubiratan da Conceição Seixas
Diretor Superintendente*



“Eu reafirmo o compromisso da Credseguro em consolidar ainda mais o trabalho desenvolvido pelo nosso presidente e demais membros da nossa diretoria. Nossa contribuição para a democratização da vida financeira dos nossos associados dão o rumo das nossas ações como diretores. Nosso objetivo é levar os serviços da cooperativa para um número ainda maior de pessoas dentro da nossa área de atuação, que nasceu da forte parceria com o ramo de seguros e hoje se expandiu para todos os demais segmentos. ”

*Marco Aurélio Ferreira Domingues
Diretor Administrativo e Financeiro*



“A cada ano que se passa, temos buscado oferecer novos produtos e soluções financeiras competitivas para atender as necessidades dos nossos cooperados. Neste ano de 2018 não será diferente. Vamos continuar trabalhando para ofertar serviços de qualidade e prestar um atendimento de excelência. Afinal de contas, no Sicoob Credseguro, além de correntista, o cooperado é dono da instituição e participa dos resultados (sobras), que vêm aumentando todos os anos”.

*José Sousa Rios
Diretor operacional do Sicoob Credseguro*

HISTÓRIA DO SICOOB CREDSEGURO

O Sicoob Credseguro foi fundado em 1998 e iniciou suas atividades em 21 de junho de 1999, com o nome de Sicoob Credicor-GO. No início, a cooperativa era segmentada aos empresários e trabalhadores de Corretoras de Seguros e Securitários. Em 2007, a cooperativa passou a atuar sob o regime de Livre Admissão de Associados, mudando a sua denominação social para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis (Sicoob Credseguro). Atualmente, a cooperativa possui três pontos de atendimento, localizados em Goiânia: no Jardim América (Sede), um Ponto de Atendimento no Setor Oeste e outro localizado em Anápolis.



PILARES DO SICOOB CREDSEGURO

VISÃO

“Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.”

MISSÃO

“Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.”

VALORES

“Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade.”

O SICOOB NO BRASIL

O maior Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil, Sicoob, divulgou seu balanço do exercício de 2017. Os ativos totais somaram R\$ 90,4 bilhões, um crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior. Com aumento de 15% no resultado financeiro, a marca contabilizou R\$ 2,78 bilhões contra R\$ 2,42 bilhões em 2016. Já o patrimônio líquido alcançou R\$ 18,7 bilhões, um incremento de 14% ante R\$ 16,4 bilhões registrados em 2017.

No período, as operações de crédito apresentaram variação positiva de 11,4%, passando de R\$ 38,5 bilhões para R\$ 42,9 bilhões. Os financiamentos rurais e agroindustriais totalizaram R\$ 12,3 bilhões, resultado 7,3% superior a 2016. A taxa média de juros praticada pelas cooperativas do Sicoob no crédito pessoal foi de 2,2% ao mês (29,7% ao ano), enquanto no mercado a média foi de 3,1% ao mês (44,3% ao ano).

Em depósitos totais, o Sicoob registrou acréscimo de 16,3%, alcançando R\$ 55,7 bilhões versus R\$ 47,9 bilhões referente ao ano anterior. Nos depósitos à vista a expansão foi de 28,4% e nos depósitos a prazo foi registrado crescimento de 13,9%. Já nos depósitos de poupança a evolução foi de 22,9%.

O Sicoob remunerou em R\$ 720 milhões o capital social dos cooperados. Os cooperados também foram beneficiados com aumento da capilaridade

regional e pontos de atendimento, com o incremento de 165 novas agências, totalizando 2.697 pontos de atendimento, sendo que em cerca de 200 municípios o Sicoob é a única instituição financeira presente. Ao todo são mais de 1,2 milhão de brasileiros que não eram atendidos pelo sistema bancário tradicional, elevando a inclusão financeira por meio do cooperativismo financeiro.

Outros avanços

Em dezembro de 2017 o Sicoob passou a ser a quinta maior rede de atendimento no Brasil, com 2.697 agências. Enquanto as instituições financeiras tradicionais fecharam mais de 1.400 agências, o Sistema expandiu 5,7% em 2017 comparado com o ano anterior.

Paralelo ao crescimento da rede de atendimento, o Sicoob alcançou a marca histórica de 4 milhões de cooperados no final de 2017. Desse total, cerca de 30% são Millennials (também conhecidos como geração Y). A evolução foi de 12,8% em relação ao ano de 2016, o que representa 456 mil novos cooperados.

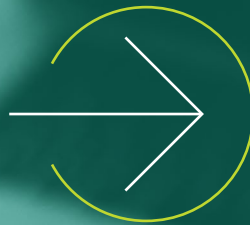
Em suma, o Sicoob é um sistema vantajoso, onde a movimentação financeira é menos onerosa ao correntista. Conforme apresentado a seguir:

MODALIDADE	SFN		SICOOB		DIFERENÇA (%)	
	% ao mês	% ao ano	% ao mês	% ao ano	ao mês	ao ano
Crédito Pessoal	3,1%	44,3%	2,2%	29,7%	41,6%	49,1%
Cheque Especial	12,8%	323,0%	6,5%	112,9%	96,5%	186,1%
Cartão de Crédito Rotativo	13,0%	334,6%	7,9%	149,0%	64,9%	124,5%
Cartão de Crédito Parcelado	8,6%	323,0%	5,5%	91,0%	55,3%	86,0%
Crédito Consignado	1,9%	26,0%	1,8%	23,1%	10,9%	12,1%

Fonte: Banco Central do Brasil e Sicoob Confederação.

Nota: (1) Diferença percentual entre a taxa média praticada pelo SFN e pelo Sicoob.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	184.495.576	145.267.538	PASSIVO CIRCULANTE	145.187.447	119.867.269
DISPONIBILIDADES	2.112.846	700.425	DEPÓSITOS (Nota 10)	141.877.971	116.918.027
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2	2	DEPÓSITOS A VISTA	39.817.029	30.061.644
DEBENTURES	2	2	DEPÓSITOS A PRAZO	102.060.942	86.856.383
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 4)	110.728.431	82.361.520	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	25.716	6.358
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	110.728.431	82.361.520	ORDENS DE PAGAMENTO	25.716	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	55.156.219	52.246.270	RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	0	6.358
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.156.219	52.246.270	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 11)	3.283.760	2.942.884
SETOR PRIVADO	59.536.523	55.609.034	COBRANÇA E ARREC DE TRIBUTOS E ASSEM	18.237	16.619
(-)PROVISÃO PARA CLD	(4.380.304)	(3.362.764)	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	1.446.002	919.773
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	4.249.102	1.047.742	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	900.652	1.054.673
CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS	210.768	80.795	DIVERSAS	918.869	951.819
RENDAS A RECEBER	43.604	37.378	NÃO CIRCULANTE		
DIVERSOS	4.164.500	997.809	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 11)	121.710	121.710
(-)PROVISÃO PARA OUTROS CRED.DE LIQ DUV.	(169.770)	(68.240)	DIVERSAS	121.710	121.710
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	12.248.976	8.911.579	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota13)	100.869.686	87.059.107
IMÓVEIS / MÓVEIS	12.323.385	8.545.602	CAPITAL	83.004.220	72.573.829
(-)PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO	(280.967)	(172.982)	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	83.004.220	72.573.829
DESPESAS ANTECIPADAS	206.558	538.959	RESERVAS DE SOBRAS	7.132.038	5.870.304
NÃO CIRCULANTE	61.683.267	61.780.549	RESERVAS DE CAPITAL	5.682.403	4.560.869
ATIVO REALIZ. A LONGO PRAZO	53.901.740	54.891.763	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	5.051.025	4.054.106
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	53.780.030	54.770.053			
SETOR PRIVADO	59.591.094	58.319.232			
(-)PROVISÃO PARA CLD	(5.811.064)	(3.549.179)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	121.710	121.710			
DIVERSOS	121.710	121.710			
INVESTIMENTOS (Nota8)	7.365.994	6.555.884			
AÇÕES E COTAS	7.362.638	6.552.5298			
OUTROS INVESTIMENTOS	3.356	3.356			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	269.156	295.991			
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	743.576	747.759			
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(474.420)	(451.768)			
ATIVOS INTANGÍVEIS	24.667	36.911			
DIREITO DE USO	105.600	105.600			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(80.933)	(68.689)			
TOTAL DO ATIVO	246.178.843	207.048.086	TOTAL DO PASSIVO	246.178.843	207.048.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM-2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 16)	16.290.557	34.861.422	30.242.972
Operações de Crédito	16.290.498	34.861.300	30.242.895
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Debêntures	59	122	77
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.444.013)	(19.015.983)	(12.694.050)
Operações de Captação no Mercado (Nota 10.b)	(4.100.028)	(9.296.563)	(8.611.495)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(5.343.985)	(9.719.420)	(3.999.437)
Despesas de Operações por Emprestimo e Repasse	-	-	(83.118)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.846.544	15.845.439	17.548.922
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	2.900.225	3.625.181	706.939
Receitas de Prestação de Serviços	1.021.769	1.951.636	1.234.882
Rendas de Tarifas Bancárias	776.983	1.512.369	1.304.758
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	7.910.489	13.667.048	9.250.737
Despesas de Pessoal	(3.142.046)	(6.135.146)	(5.335.121)
Outras Despesas Administrativas	(2.802.595)	(5.584.985)	(4.324.198)
Despesas Tributárias	(113.233)	(240.189)	(185.104)
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(751.142)	(1.545.552)	(1.239.015)
RESULTADO OPERACIONAL	9.746.769	19.470.620	18.255.861
Resultado não Operacional (Nota 19)	(506.215)	(543.641)	(37.323)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	9.240.554	18.926.979	18.218.538
Imposto de Renda e Contribuição Social	(133.234)	(222.163)	(169.619)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	9.107.320	18.704.816	18.048.919
Despesa de Juros ao Capital	(6.808.565)	(6.808.565)	(8.265.518)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.298.755	11.896.251	9.783.401
FATES/Reserva Legal/Reserva Estatutária	-	(7.576.537)	(6.081.158)
Reversão de FATES	-	731.311	351.862
SOBRAS LÍQUIDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	2.298.755	5.051.025	4.054.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2015	54.488.912	4.857.630	3.489.932	3.102.162	65.938.636
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras (2015)	6.592.094		(3.489.932)	(3.102.162)	-
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)					-
- Por Integralizações	8.977.662				8.977.662
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido)	7.441.041				7.441.041
OUTROS EVENTOS:					
- Restituição de Capital - Sobras (2015)	(31.833)				(31.833)
- Restituições de Capital	(4.842.580)				(4.842.580)
- Cotas de Capital a devolver (Juros ao Capital - Líquido)	(51.467)				(51.467)
- Utilização de Recursos do FATES				628.598	628.598
- Resultado com Atos Não Cooperativos				(276.736)	(276.736)
- Arredondamento Valores Conta Capital		(852)			(852)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				9.783.401	9.783.401
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(506.763)	(506.763)
- Reserva Legal		1.013.526		(1.013.526)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			4.560.869	(4.560.869)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2016	72.573.829	5.870.304	4.560.869	4.054.105	87.059.107
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	18.084.917	1.012.674	1.070.937	951.943	21.120.471
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2016	72.573.829	5.870.304	4.560.869	4.054.105	87.059.107
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras (2016)	8.614.974		(4.560.869)	(4.054.105)	-
- Por Integralizações	5.343.036				5.343.036
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido)	6.032.665				6.032.665
OUTROS EVENTOS:					
- Restituição de Capital - Sobras (2016)	(21.547)				(21.547)
- Restituições de Capital	(9.405.307)				(9.405.307)
- Cotas de Capital a devolver (Juros ao Capital - Líquido)	(133.430)				(133.430)
- Utilização de Recursos do FATES				783.498	783.498
- Resultado com Atos Não Cooperativos				(52.187)	(52.187)
- Arredondamento Valores Conta Capital		(1.022)			(1.022)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				11.896.251	11.896.251

DESTINAÇÕES:					-
- FATES				(631.378)	(631.378)
- Reserva Legal		1.262.756		(1.262.756)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			5.682.403	(5.682.403)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2017	83.004.220	7.132.038	5.682.403	5.051.025	100.869.686
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	10.430.391	1.261.734	1.121.534	996.920	13.810.579
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30.06.2017	78.153.580	5.869.282	-	9.597.496	93.620.358
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Integralizações	2.680.684				2.680.684
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido)	6.032.665				6.032.665
OUTROS EVENTOS:					
- Restituições de Capital	(3.729.279)				(3.729.279)
- Cotas de Capital a devolver (Juros ao Capital - Líquido)	(133.430)				(133.430)
- Utilização de Recursos do FATES				783.498	783.498
- Resultado com Atos Não Cooperativos				(52.187)	(52.187)
- Arredondamento Valores Conta Capital					-
SOBRAS DO SEMESTRE				2.298.755	2.298.755
DESTINAÇÕES:					-
- FATES				(631.378)	(631.378)
- Reserva Legal		1.262.756		(1.262.756)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			5.682.403	(5.682.403)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2017	83.004.220	7.132.038	5.682.403	5.051.025	100.869.686
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	4.850.640	1.262.756	5.682.403	(4.546.471)	7.249.328

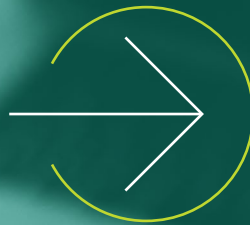
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM-2017	2017	2016
1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras antes do IRPJ e CSLL e após Juros ao Capital	2.431.989	12.118.414	9.953.020
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	5.383.427	9.801.929	4.081.382
Despesas de depreciação e amortização	39.442	82.509	81.945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.343.985	9.719.420	3.999.437
Variações patrimoniais:	1.837.753	6.798.201	21.038.746
Relações interdependências	25.716	19.358	(14.541)
Operações de crédito	(3.468.490)	(11.639.346)	(21.415.866)
Outros créditos	(2.109.815)	(3.323.070)	(1.078.598)
Outros valores e bens	139.718	(3.337.397)	(6.555.768)
Depósitos	8.554.452	24.959.944	53.227.013
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	(3.044.023)
Outras obrigações	(1.170.594)	340.876	90.148
Imposto de renda e contribuição social pagos	(133.234)	(222.163)	(169.619)
2 - CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.653.169	28.718.545	35.073.148
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	(511.162)	(810.110)	(1.031.592)
(Aquisição)/Baixa de imobilizado de uso	13.664	(43.431)	(93.598)
Aquisição de Ativo Intangível	-	-	(10.132)
3 - CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(497.498)	(853.541)	(1.135.322)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	4.950.573	1.914.328	11.337.070
Aumento/(redução) de capital	(1.048.595)	(4.062.271)	4.135.082
Incorporação líquida de juros ao capital	5.899.235	5.899.235	7.389.574
Distribuição de sobras aos associados	-	(21.547)	(31.833)
Reversão de reservas	-	(1.022)	(852)
(Constituição)/Compensação do FATES	99.933	99.933	(154.901)
4 - CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.950.573	1.914.328	11.337.070
5 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (2 + 3 + 4)	14.106.244	29.779.332	45.274.896
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	14.106.244	29.779.332	45.274.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	98.735.033	83.061.945	37.787.049
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	112.841.277	112.841.277	83.061.945

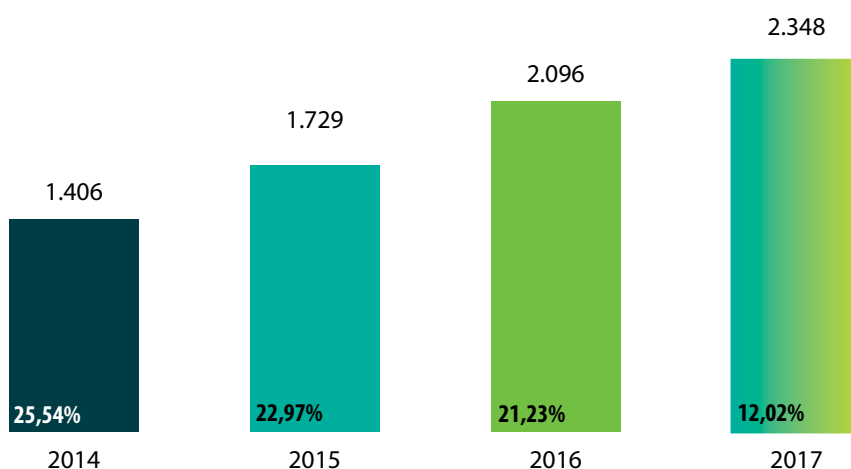
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDES NÚMEROS



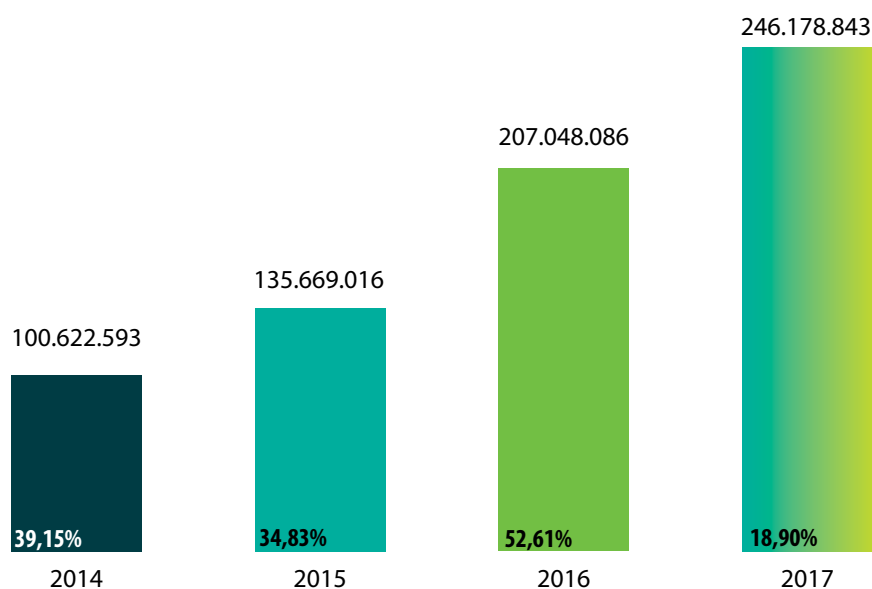
GRANDES NÚMEROS

ASSOCIADOS



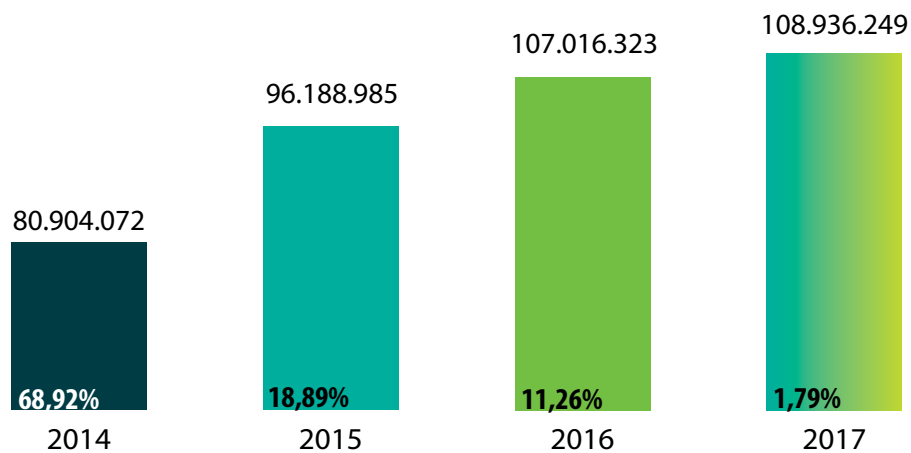
Entre os anos de 2014 e 2017 o número de associados do Sicoob Credseguro passou de de 1.406 para 2.348.

ATIVO E PASSIVO



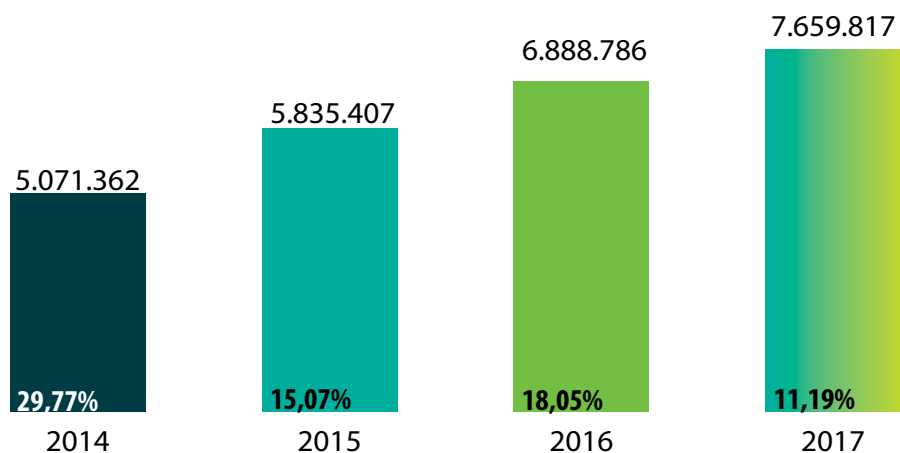
Já os Ativos e Passivos atingiram a marca de 18% de crescimento, em 2017. Alcançando o montante de R\$ 246 milhões.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO



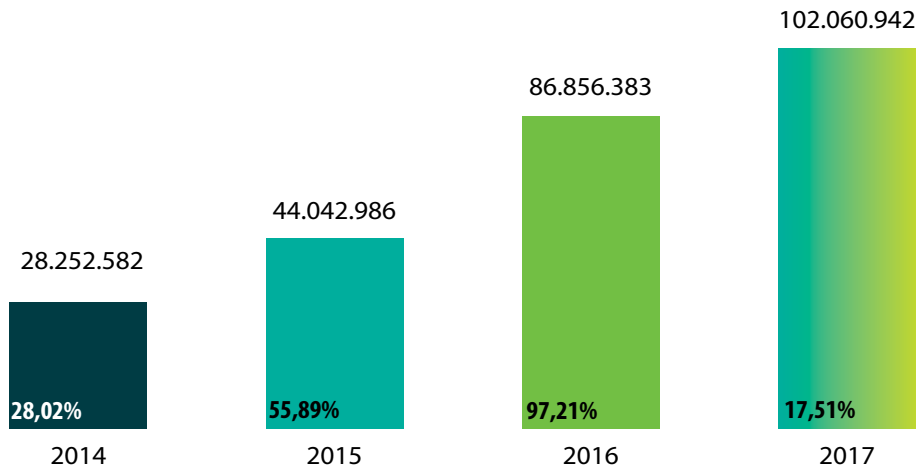
As Operações de Crédito atingiram mais de R\$ 108 milhões, em 2017. Esses foram todos os financiamentos, empréstimos e descontos de títulos feitos pelo Sicoob Credseguro aos associados.

ATIVO PERMANENTE / IMOBILIZADO



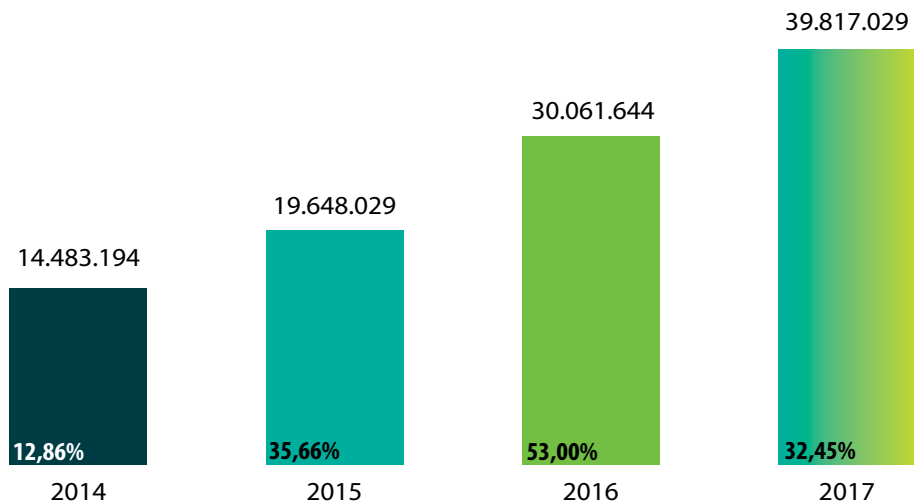
O Sicoob Credseguro preocupado em prestar um atendimento de qualidade e com conforto para os seus associados investiu mais de R\$ 7,5 milhões em equipamento, infraestrutura e ações.

DEPÓSITO À PRAZO



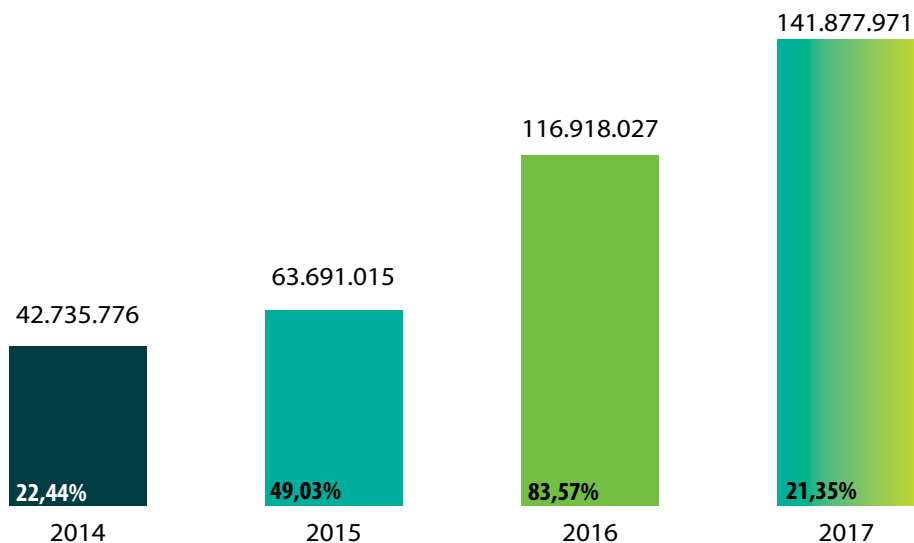
Já os Depósitos à Prazo foram de mais de R\$ 100 milhões, um acréscimo de 17% entre os anos de 2016 e 2017.

DEPÓSITO À VISTA



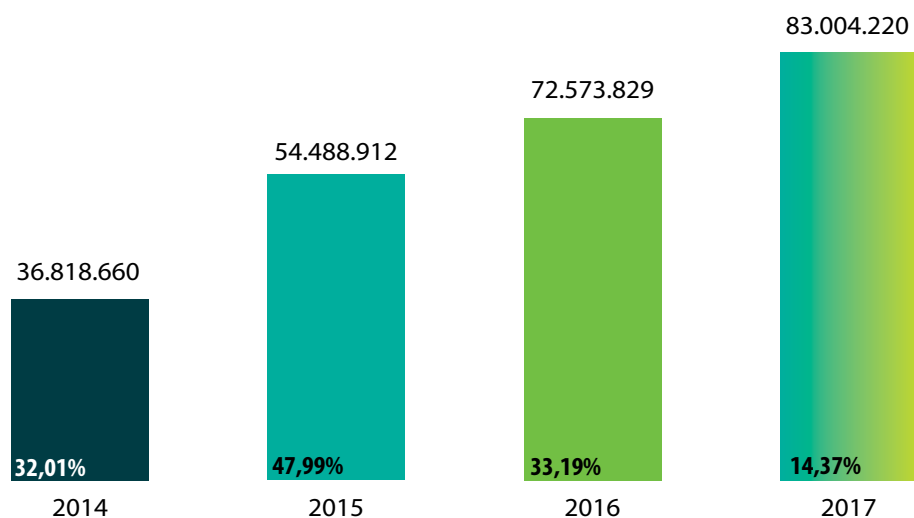
Em 2017 os Depósitos à Vista da cooperativa tiveram um crescimento de 32% em relação ao mesmo período de 2016, totalizando quase R\$ 40 milhões.

TOTAL DOS DEPÓSITOS



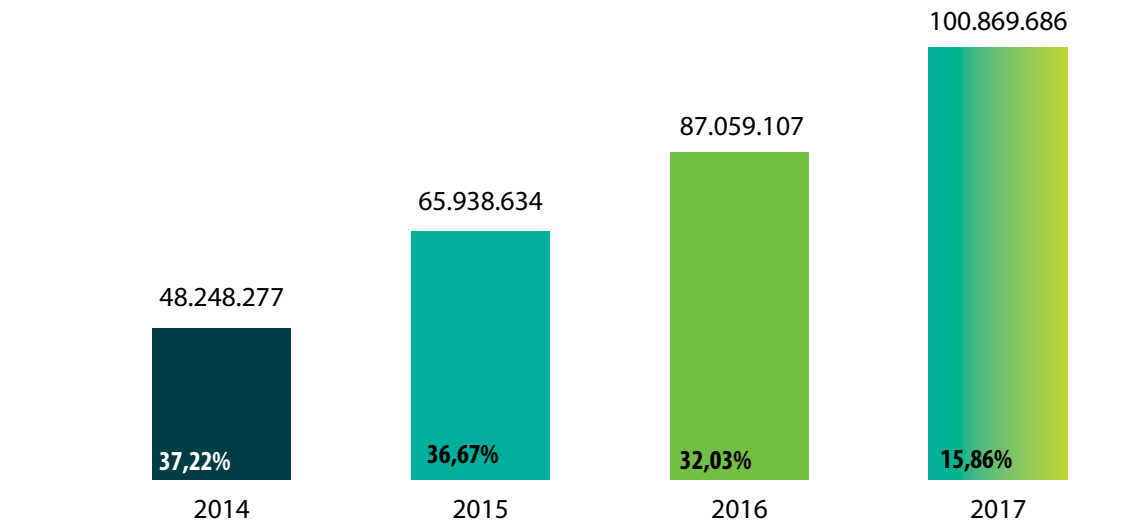
Em 2017 a cooperativa elevou em 21% os Depósitos Totais em relação ao exercício anterior, alcançando a marca de mais de R\$ 140 milhões. Um crescimento significativo para o momento econômico que o país enfrentou nos últimos anos.

CAPITAL INTEGRALIZADO



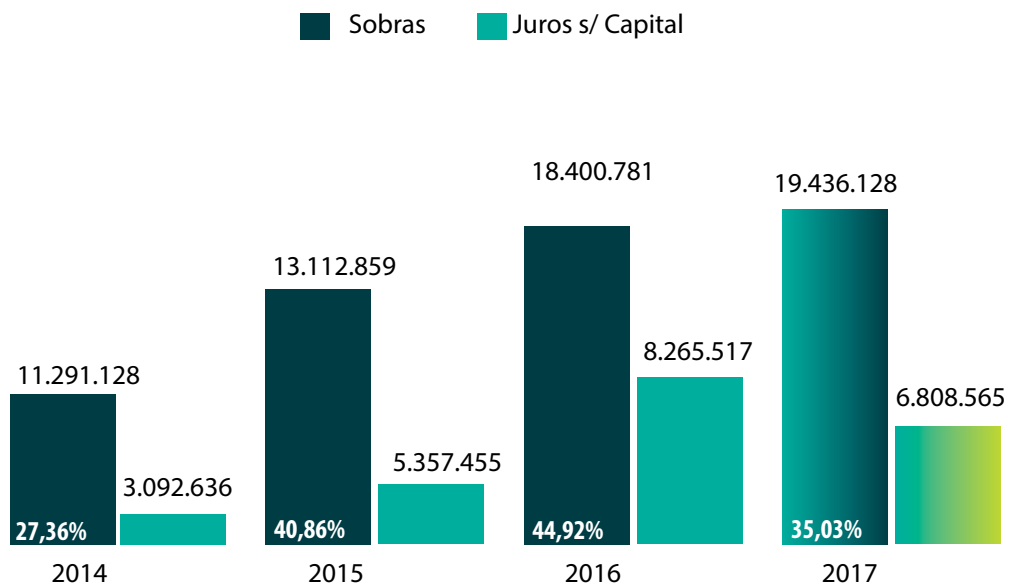
O Capital Integralizado refere-se aos investimentos feitos pelos associados no Sicoob Credseguro, o que lhe permite usufruir dos produtos e serviços oferecidos com condições melhores. Em 2017 esse montante totalizou um crescimento de 14%, com mais de R\$ 83 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Representa o volume de recursos financeiros próprios disponíveis para atender às necessidades de crédito dos associados e para o desenvolvimento da cooperativa. Em 2017, o PL da Credseguro totalizou R\$ 100 milhões, isto representa um incremento de 15% em relação ao exercício de 2016.

SOBRAS X JUROS CAPITAL



Em função dos bons resultados nas sobras em 2017 a cooperativa remunerou o capital em 90% da taxa Selic, atingindo um montante de quase R\$ 7 milhões.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2016

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS MICRO-REGIÕES DE GOIÂNIA E ANAPÓLIS LTDA – SICOOB CREDESEGURO** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **21/10/1998**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDESEGURO** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ANÁPOLIS - GO, GOIÂNIA – GO.**

O **SICOOB CREDESEGURO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19 de fevereiro de 2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização

dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

4. Relações interfinanceiras

Em **31/12/2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	110.728.431	82.361.520

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	473.432	-	473.432	609.002
Empréstimos	48.628.727	54.808.237	103.436.964	92.429.297
Títulos Descontados	6.691.175	-	6.691.175	6.757.866
Financiamentos	3.743.189	4.782.857	8.526.046	14.132.102
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.380.304)	(5.811.064)	(10.191.368)	(6.911.943)
TOTAL	55.156.219	53.780.030	108.936.249	107.016.323

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
B 1% Normal	30.928.737	6.602.785	2.673.963	40.205.485	(402.055)	25.616.893	(256.169)
B 1% Vencidas	2.256.604	19.086	166.590	2.442.280	(24.423)	4.011.414	(40.114)
C 3% Normal	4.876.967	764.296	1.738.434	7.379.697	(221.391)	8.285.804	(248.574)
C 3% Vencidas	1.405.322	46.851	135.802	1.587.976	(47.639)	2.351.479	(70.544)
D 10% Normal	473.750	18.413	614.515	1.106.678	(110.668)	2.449.773	(244.977)
D 10% Vencidas	872.066	643	-	872.709	(87.271)	2.070.680	(207.068)
E 30% Normal	70.789	96.987	3.196	170.971	(51.291)	73.739	(22.122)
E 30% Vencidas	7.245.726	7.343	-	7.253.069	(2.175.921)	941.666	(282.500)
F 50% Normal	25.596	23.929	-	49.525	(24.762)	183.302	(91.651)
F 50% Vencidas	5.289.832	1.249	-	5.291.081	(2.645.541)	531.827	(265.914)
G 70% Vencidas	373.778	180	-	373.958	(261.770)	1.946.185	(1.362.330)
H 100% Normal	209.090	58.574	-	267.664	(267.664)	331.254	(331.254)

H 100% Vencidas	3.517.441	75.381	35.660	3.628.481	(3.628.481)	3.178.950	(3.178.950)
Total Normal	80.991.656	8.498.413	8.187.994	97.678.063	(1.320.322)	98.896.065	(1.504.523)
Total Vencidos	20.960.768	150.734	338.052	21.449.554	(8.871.046)	15.032.201	(5.407.420)
Total Geral	101.952.424	8.649.147	8.526.046	119.127.617	(10.191.368)	113.928.266	(6.911.943)
Provisões	(9.717.781)	(275.095)	(198.492)	(10.191.368)		(6.911.943)	
Total Líquido	92.234.643	8.374.052	8.327.554	108.936.249		107.016.323	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	473.432	-	-	473.432
Empréstimos	26.883.960	21.744.768	54.808.236	103.436.964
Financiamentos	1.166.672	2.576.517	4.782.857	8.526.046
Títulos Descontados	6.497.895	193.280	-	6.691.175
TOTAL	35.021.958	24.514.565	59.591.093	119.127.617

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.519.144	10.939.120	296.873	12.755.137	11%
Setor Privado - Indústria	62.795	847.630	164.556	1.074.981	1%
Setor Privado - Serviços	5.595.098	63.504.392	4.832.578	73.932.068	62%
Pessoa Física	1.023.262	23.348.825	1.179.498	25.551.585	21%
Outros	448.848	5.147.328	217.670	5.813.846	5%
TOTAL	8.649.147	103.787.295	6.691.175	119.127.617	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	6.911.943	6.695.384
Constituições/ Reversões	9.477.395	6.165.565
Transferência para prejuízo	(6.197.970)	(5.949.006)
TOTAL	10.191.368	6.911.943

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	6.280.547	5,00%	4.702.486	4,00%
10 Maiores Devedores	39.318.424	33,00%	31.891.402	28,00%
50 Maiores Devedores	75.686.971	63,00%	70.001.162	61,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	7.213.183	4.538.904
Valor das operações transferidas no período	6.197.970	5.949.006
Valor das operações recuperadas no período	(5.590.017)	(3.274.727)
TOTAL	7.821.136	7.213.183

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.023.081 (um milhão, vinte e três mil, oitenta e um reais) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	210.768	80.795
Rendas a Receber	43.604	37.378
Diversos	4.286.210	1.119.519
<i>Adiantamento e Antecipações Salariais</i>	17.004	19.395
<i>Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta</i>	42.904	511
<i>Adiantamento por Conta de Imobilizações (a)</i>	1.988.551	932.340
<i>Devedores por compra de valores e bens (b)</i>	1.240.000	-
<i>Devedores por Depósitos em Garantia (c)</i>	121.710	121.710
<i>Títulos e Créditos a Receber</i>	847.532	14.096
<i>Devedores Diversos – País</i>	28.509	31.467
(-) Provisões para Outros Créditos (d)	(169.770)	(68.240)
TOTAL	4.370.812	1.169.452
Circulante	4.249.102	1.047.742
Não circulante	121.710	121.710

(a) Refere-se ao custo de implantação de Data Center (Projeto Inova TI), que será reclassificado para o Ativo Permanente quando da conclusão e entrada em funcionamento.

(b) Valor dos bens recebidos em dação de pagamento de dívidas de associados e que foram alienados dentro dos prazos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

(c) Depósito judicial referente à COFINS (Nota 25), registrado no não circulante.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	12.323.385	8.545.602
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(280.967)	(172.982)
Despesas Antecipadas (c)	206.558	538.959
TOTAL	12.248.976	8.911.579

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	4.729.936	4.302.314
Participações inst financ controlada coop crédito	2.632.702	2.250.214
Outros Investimentos	3.356	3.356
TOTAL	7.365.994	6.555.884

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Instalações	4.994	-	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(83)	-	
Móveis e equipamentos de Uso	354.970	361.236	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(180.422)	(173.637)	
Sistema de Comunicação	23.357	14.219	20%
Sistema de Processamento de Dados	323.384	322.095	10%
Sistema de Segurança	36.871	50.209	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(293.915)	(278.131)	
TOTAL	269.156	295.991	

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de Pro-rata temporis; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	39.817.029	30.061.644
Depósito Sob Aviso	44.639	43.391
Depósito a Prazo	102.016.303	86.812.992
TOTAL	141.877.971	116.918.027

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	16.133.138	12,00%	17.613.107	15,00%
10 Maiores Depositantes	59.211.931	42,00%	55.256.820	48,00%
50 Maiores Depositantes	91.930.472	66,00%	83.698.150	72,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.035)	(20.620)
Despesas de Depósitos a Prazo	(9.292.528)	(8.474.743)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-	(116.132)
TOTAL	(9.296.563)	(8.611.495)

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	18.237	16.619
Sociais e Estatutárias	1.446.002	919.773
Fiscais e Previdenciárias	900.652	1.054.673

Diversas	1.040.579	1.073.529
TOTAL	3.405.470	3.064.594
Circulante	3.283.760	2.942.884
Não circulante	121.710	121.710

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	683.565	783.499
Cotas de Capital a Pagar (b)	762.437	136.274
TOTAL	1.446.002	919.773

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	-	221
Impostos e contribuições a recolher	900.652	1.054.452
TOTAL	900.652	1.054.673

11.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos (a)	-	120.000
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	190.405	203.305
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	449.494	469.031
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 25)	121.710	121.710
Provisão para Demandas Judiciais	-	65.684
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	73.215	-
Credores Diversos – País (e)	205.755	93.799
TOTAL	1.040.579	1.073.529

a) Composta por valores de cheques administrativos emitidos para cooperados.

- b) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque a realizar-se até o final do exercício de 2018.
- c) Refere-se à provisão para pagamentos de despesas administrativas a realizar-se até o final do exercício de 2018.
- d) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências” (vide Nota 26), tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.
- e) Representam obrigações do SICOOB CREDESEGURO com terceiros e com seus cooperados.

12. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDESEGURO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, centralização financeira, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	83.004.220	72.573.829
Associados	2.348	2.096

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10 %**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **31/03/2017**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$ **4.054.106 (quatro milhões, cinquenta e quatro mil, cento e seis)**

c) Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, rateados e incorporados as respectivas contas de capital de cada associado.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	11.896.251	9.783.401
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(52.187)	(276.736)
Compensação de despesas pelo FATES	783.498	628.598
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	12.627.562	10.135.263
FAC 45%	(5.682.403)	(4.560.869)
Reserva legal - 10%	(1.262.756)	(1.013.526)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(631.378)	(506.763)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.051.025	4.054.105

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	1.186.728	600.746
Despesas específicas de atos não cooperativos	(265.457)	(963.502)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(270.037)	(131.397)
Resultado operacional	651.233	405.847
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(543.642)	(37.323)
Resultado	107.592	368.524
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	93.259	55.578
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	200.850	424.103
Despesas de Impostos (IRPJ,CSLL,ISS,PIS e COFINS)	(148.664)	(147.367)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	52.187	276.736

15. Provisão de Juros ao Capital

A cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	839.403	916.406
Rendas de Empréstimos	25.676.558	22.844.909
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.495.280	2.345.052
Rendas de Financiamentos	2.552.955	3.239.371
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	122	77
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.297.104	897.157
TOTAL	34.861.422	30.242.972

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	2.966.819	294.137
Rendas Juros Cartão de Crédito	501.360	396.124
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	16.905	48.774
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	106.260	14.604
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	302.258	65.755
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	74.916	69.182
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	48.511	29.511
Atualização de Depósitos Judiciais	136	1.594
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	8.846.795	7.623.780
Outras Rendas Operacionais	803.088	707.276
TOTAL	13.667.048	9.250.737

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(135.076)	(302.924)
Despesas de Descontos Concedidos	(74.254)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(21.187)	(24.333)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(191.522)	(13.350)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(5.418)	(2.353)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(5.183)	(2.175)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(134.130)	(129.959)
Outras Despesas Operacionais	(872.558)	(645.883)
Provisão para Garantias Prestadas	-	(118.038)
Garantias Financeiras Prestadas	(106.224)	-
TOTAL	(1.545.552)	(1.239.015)

19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	155.865	50.147
Ganhos de Capital	6.045	3.041
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(547.038)	(34.650)

(-) Perdas de Capital	(11.952)	(17.322)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(146.561)	(38.539)
Resultado Líquido	(543.641)	(37.323)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.352.851	0,51%	4.920
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	21.009	0,01%	22
TOTAL	1.373.860	0,52%	4.942
Montante das Operações Passivas	2.107.825	2,01%	-

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.858	256	0,02%
Conta Garantida	41.589	416	0,03%
Empréstimo	1.295.664	11.091	1%
Financiamento	15.908	159	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.228.430	3,12%	0%
Depósitos a Prazo	13.280.152	13,01%	0,55%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,89%	1,89%
Financiamento	1,78%	1,78%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,44% CDI	96,44% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,7%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	16.134.346
Títulos Descontados	195.199

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(1.096.247)
Encargos Sociais	(212.500)

21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS MICRO-REGIÕES DE GOIÂNIA E ANAPÓLIS LTDA - SICOOB CREDEGURO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDEGURO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua

participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	110.728.431	82.361.520
Investimentos	4.729.936	4.302.314

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDESEGURO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB CREDESEGURO** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDESEGURO** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDESEGURO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDESEGURO** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDESEGURO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDESEGURO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CREDESEGURO** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Seguros contratados – Não auditado

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2017	2016
Índice de Basileia	73,31%	72,20%

25. Provisão para riscos fiscais

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS e COFINS - Lei 9.703/98	121.710	121.710	121.710	121.710

Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de **2002 a**

2005, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDESEGURO**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2017.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS
MICRO-REGIÕES DE GOIÂNIA E ANAPÓLIS LTDA**

Marco Aurélio Ferreira Domingues

CPF.: 672.221.536-91

Diretor Administrativo e Financeiro

Fernanda Laura Abreu do Nascimento

CPF.: 888.460.671-34

Contadora - CRC-GO 014.990/O-6



**PARECER
AUDITORIA
INDEPENDENTE**

**E
PARECER
CONSELHO
FISCAL**

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda. – Sicoob
Credseguro
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda. – Sicoob Credseguro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credseguro em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Credseguro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 6 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 6 de março de 2018.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro-Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda. - SICOOB CREDSEGURO, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e da legislação vigente, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas: Demonstração de Sobras e/ou Perdas do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Relatório da Administração, e Demais Demonstrativos e Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do SICOOB CREDSEGURO e tendo em vista o Relatório de Auditoria das Demonstrações Contábeis emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa datado de 06/03/2018, este Conselho Fiscal é de parecer que os citados documentos estão de conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial, econômica, financeira, contábil e fiscal da Cooperativa no referido exercício social.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação de tais documentos.


Goiânia, 08 de março de 2018.



Juvair Gonçalves Ferreira
Coordenador do Conselho Fiscal



Cláudio Miguel de Paula
Conselheiro Fiscal Efetivo



Ronaldo Luiz de Miranda
Conselheiro Fiscal Efetivo



 **SICOOB CREDSEGURO**
Cooperativa de Crédito